

1 INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como tema a construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Técnica do SUS - ETSUS: e suas práticas educativas, assim como, discutir questões referentes à sua elaboração, bem como, explicitar e compreender o seu significado e sua relação com a escola refletindo sobre os pressupostos que devem orientar esta proposta pedagógica.

Entende-se que o Projeto Político-Pedagógico é uma ação intencional e o resultado de um trabalho coletivo, que busca metas comuns que intervenham na realidade escolar. Traduz a vontade de mudar, pensar o que se tem de concreto e trabalhar as utopias; permite avaliar o que foi feito e projetar mudanças. Trata-se, pois de um trabalho em processo e que envolve, necessariamente, passado, presente e futuro.

A palavra projeto vem do verbo projetar, lançar-se para frente, dando sempre a idéia de movimento, de mudança. A sua origem etimológica, como explica Veiga (2001, p. 12), vem confirmar essa forma de entender o termo projeto que "vem do latim *projectu*, particípio passado do verbo *projecere*, que significa lançar para diante". O projeto é uma atividade natural e intencional que o ser humano utiliza para procurar solucionar problemas e construir conhecimentos.

Ao organizarmos os projetos de nossas escolas, planejamos o trabalho que temos intenção de realizar, lançamo-nos para diante, olhamos para frente. Projetar-se é relacionar-se com o futuro é começar a fazê-lo. E só há um momento de fazer o futuro – no presente. O futuro é o que viveremos como presente, quando ele chegar. E que já está presente, no projeto que dele fazemos. Pode parecer complicado, mas trata-se de algo que se constata em nossa vivencia do cotidiano. O presente, momento único de experiência e relação traz no seu bojo o passado, enquanto vida incorporada e memória, e o futuro, enquanto vida projetada. Isto vale tanto para experiências singulares, de cada um de nós, como para a vida da sociedade. É isso que garante a significação do processo histórico (RIOS, 1992).

Atualmente, a educação, na qualidade de uma prática social, contribui positivamente no processo de democratização da sociedade brasileira. Deste modo,

evidencia-se que a busca da qualidade na educação representa o desejo de prestar um serviço eficiente, no sentido de contribuir na formação de homens e mulheres capazes de compreender e agir satisfatoriamente na sociedade em que vivem.

Este trabalho envolve pesquisa bibliográfica, assim como, pesquisa de campo na ETSUS-PI (Escola Técnica do SUS) - Piauí, tendo como objeto de pesquisa os atores de todos os segmentos da referida escola, coordenadores técnicos e pedagógicos, alunos, pessoal de apoio e corpo técnico.

1.2 Justificativa

Este estudo se justifica pela inexistência de um projeto político pedagógico da própria Escola Técnica do SUS, pois se entende que o Projeto Político-Pedagógico é uma ação intencional e o resultado de um trabalho coletivo, que busca metas comuns que intervenham na realidade escolar. Traduz a vontade de mudar, pensar o que se tem de concreto e trabalhar as utopias; permite avaliar o que foi feito e projetar mudanças. Trata-se, pois de um trabalho em processo e que envolve, necessariamente, passado, presente e futuro.

No contexto atual, marcado por sucessivas transformações, a educação, na qualidade de uma prática social, contribui positivamente no processo de democratização da sociedade brasileira. Deste modo, evidencia-se que a busca da qualidade na educação representa o desejo de prestar um serviço eficiente, no sentido de contribuir na formação de homens e mulheres capazes de compreender e agir satisfatoriamente na sociedade em que vivem.

Vive-se atualmente na época da "cultura de projetos" em nossa sociedade, onde as condutas de antecipação para prever e explorar o futuro faz parte de nosso presente. Essa influência do futuro sobre nossas adaptações cotidianas só fará sentido se o domínio que tentarmos desenvolver sobre os diferentes espaços cumprirem a função de melhorar as condições de vida do ser humano. Partindo deste pensamento surgiu a necessidade de melhor compreender o significado e o

processo do projeto pedagógico como prática educativa na Escola Técnica do SUS - PI.

A intenção da escolha da temática em questão está em mostrar a importância social do Projeto Político-Pedagógico no contexto escolar, uma vez que o seu processo de construção e execução visa planejar a ação presente com vistas à transformação da realidade, pois, é em função da melhoria dos serviços educacionais que se considera importante estruturar princípios que norteiam as práticas educativas.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Construir o Projeto Político Pedagógico da Escola Técnica do SUS.

2.2 Objetivos Específicos:

- Identificar a conexão entre teoria e prática acerca do Projeto Político Pedagógico.
- Diagnosticar os marcos filosóficos, teóricos e metodológicos do Projeto Político Pedagógico Escolar, voltado para a Escola Técnica do SUS-Piauí.
- Mapear as dificuldades de se implantar o Projeto Político Pedagógico na escola.
- Propor alternativas de um trabalho coletivo entre escola e comunidade para vivenciar a execução do Projeto Político Pedagógico.

3 PROJETOS PEDAGÓGICOS UMA EXPERIÊNCIA OTIMIZADORA DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

A discussão sobre Pedagogia de Projetos não é nova. Ela surge no início do século XX com John Dewey e outros pensadores da chamada Pedagogia Ativa. Essa pedagogia nova, segundo Oliveira (2006, p. 109) tem as seguintes características:

Centrar-se na criança por ser considerada em processo de formação, sendo vista como o agente da educação, passando a ser importante na aprendizagem o seu interesse e a sua experiência de vida; o professor passa a ser o orientador da aprendizagem do aluno, que, como sujeito, tem a função de “aprender a aprender” (assimilar os mecanismos de busca do conhecimento); as relações professor e aluno passam a ser fundamentadas na amizade, no sentimento, na afetividade; há preocupação com as diferenças individuais dos alunos, com o belo, com a alegria, porque há a preocupação de tornar a criança psicologicamente feliz; o método é o da pesquisa, a experimentação, a manipulação dos objetos, a busca de solução dos problemas e de descobertas; e a função política é ajustar ou adaptar psicologicamente os indivíduos à sociedade.

Os Projetos Pedagógicos surgiram com os fundadores da Nova Escola que criticaram a Escola Tradicional e organizaram o ensino dando ênfase à globalização, ao interesse imediato do aluno, à participação dos alunos e da comunidade, à reorganização da didática e a reorganização e do espaço da sala de aula (OLIVEIRA, 2006, p. 110).

Destas experiências surgiram vários caminhos, entre eles: as unidades didáticas, os centros de interesse e os projetos. John Dewey principal defensor do trabalho com projetos fundamentou-o com os seguintes princípios: O pensamento se origina de situações problema; o princípio da real experiência anterior; o princípio da prova final; o princípio da eficácia social.

Segundo Oliveira (*apud* Dewey), um projeto é à procura da solução de ato problemático levado à realização completa em um ambiente real, tendo um compromisso com a transformação da realidade. Apesar de Dewey ter sido o grande mentor da Pedagogia de projetos, foi Kilpatrick quem realmente deu encaminhamento pedagógico a esta proposta e a popularizou (OLIVEIRA, 2006, p.110).

É nesse contexto e dentro dessa polêmica que a discussão sobre Pedagogia de Projetos, hoje, se coloca. Isso significa que é uma discussão sobre uma postura pedagógica e não sobre uma técnica de ensino mais atrativa para os alunos.

A palavra projeto vem do verbo projetar, lançar-se para frente, dando sempre a idéia de movimento, de mudança. A sua origem etimológica, como explica Veiga (2001, p. 12), vem confirmar essa forma de entender o termo projeto que "vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projecere*, que significa lançar para diante". O projeto é uma atividade natural e intencional que o ser humano utiliza para procurar solucionar problemas e construir conhecimentos.

Boutinet (2002, p. 34), em seu estudo sobre a antropologia do projeto, explica que o termo projeto teve seu reconhecimento no final XVII e a primeira tentativa de formalização de um projeto foi através da criação arquitetônica, com o sentido semelhante ao que nele se reconhece atualmente, apesar da marca do pensamento medieval "no qual o presente pretende ser a reatualização de um passado considerado como jamais decorrido". A palavra projeto faz referência à idéia de frentes um projetar, lançar para, a ação intencional e sistemática, onde estão presentes: a utopia concreta /confiança, a ruptura/continuidade e o instituinte/instituído.

Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função de promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI *in* VEIGA, 2001, p.18)

Segundo Martins (2005) a palavra projeto etimologicamente vem de projetar, que significa arremessar, atirar para longe, planejar o que se deseja alcançar em um determinado tempo, nesta dimensão, projeto no sentido mais amplo é um percurso que o sujeito realiza para obter um determinado objetivo. Martins afirma ainda:

Com base nesse sentido pode-se afirmar que projeto, em geral, significa proposta, intenção ou desígnio, expresso na forma oral, escrita ou gráfica, de concretizar uma ideia que se tem, ou de fazer alguma coisa. Por isso se pode dizer projeto arquitetônico, projeto industrial, projeto literário, projeto turístico, projeto agrícola, projeto de um livro, projeto de uma obra, projeto de uma loja, projeto de uma estrada etc. (MARTINS, 2005 p. 32).

Abre-se aqui um parêntese para elencar as partes que constam em um projeto, apontado pelo autor supracitado:

Em um projeto deve constar sempre:

Quadro 1: Construção do Projeto

O motivo	<i>Por que?</i> A intenção	<i>O quê ?</i> A realização	<i>Como?</i> Os meios	<i>Para quê?</i> O resultado
Uma causa motivadora Pode ser:	Gera intenção em alguém Pode ser:	De realizar alguma coisa Pode ser:	Utilizando certos meios Podem ser:	Para atingir a finalidade Pode ser:
Um interesse Uma necessidade Uma dificuldade Uma preocupação Um problema Um assunto/Tema	Conhecer /saber Solucionar Esclarecer Resolver Determinar Produzir algo	Um trabalho Um estudo Uma obra Uma pesquisa Formal/Informal Uma atividade	Métodos Técnicas Estratégias Hipóteses Análise Procedimentos	Aprendizagem Soluções Conhecimentos Explicação Bem material Um serviço

Fonte: MARTINS, 2005

De acordo com Gandin (2001, p.36) para que a metodologia de projetos tenha êxito devem obedecer as seguintes etapas:

- Incentivo (sensibilização);
- Formulação de propósitos (Objetivo);
- Elaboração cooperativa do plano;
- Desenvolvimento (realização das tarefas e atividades planejadas);
- Culminância;
- Avaliação e Auto-avaliação.

Para que o educando se sinta ator e autor do processo, o projeto deve ser construído coletivamente num processo democrático (com votação) para que o interesse do aluno se revele e seja priorizada a necessidade do grupo. Para que aflore este interesse e necessidade o professor deve incentivar seus alunos nesta primeira fase.

O incentivo pode ser um passeio-exploratório, a leitura de um livro, uma vivência de sala de aula, uma dúvida da turma, um filme assistido ou alguma sugestão e / ou questionamento surgido em projetos anteriores (GANDIN, 2001 p.37).

Na fase seguinte o grupo formula o propósito do projeto, (objetivo) que deve ser amplamente discutido para a sua definição. Objetivo é um conjunto: ação concreta + finalidade (o que queremos e para quê o queremos). (GANDIN, 2001, p 37). Há uma necessidade premente nesta fase de esclarecer a relevância do estudo e o porquê da escolha do tema a ser estudado independentemente de estar ou não tal conteúdo estruturado no currículo, preestabelecidos inviabilizam a metodologia de projetos (p.38).

O professor é parte integrante do grupo e como tal deve participar ativamente de todas as fases do projeto de aprendizagem dando a sua valiosa contribuição e fazendo questionamentos que despertem o interesse dos demais participantes do grupo instigando-os a buscarem suas próprias respostas..

O projeto pedagógico não deve ser modismo ele transcende o simples agrupamento de planos de ensino e atividades diversificadas, pois é um instrumento de trabalho norteador da gestão e construído com a participação de todos os profissionais da instituição (gestão participativa) (VEIGA, 2001).

Depois de definido, o propósito do projeto, o grupo elabora o plano cooperativo, confrontando idéias, esclarecendo dúvidas e apresentando sugestões, acolhendo e respeitando as opiniões de todos, assumindo e defendendo a posição do grupo.

Na fase do desenvolvimento as dificuldades são discutidas e redimensionadas. O aluno assume tarefas e estudos necessários para atingir o

propósito. Nesta fase os componentes do grupo interagem entre si, com o professor e com a realidade local.

A culminância é a apresentação do que produzido no decorrer do projeto, englobando a divulgação e socialização dos resultados obtidos.

O projeto deve ser entendido como um processo que inclui a formulação de metas e meios, respeitando a particularidade de cada sala de aula por meio da criação e da valorização de rotinas de trabalho pedagógico em co-responsabilidade com todos os alunos que fazem parte da turma.

A experiência acumulada por seus educadores é naturalmente a base para a reflexão e a elaboração de um projeto educativo de aprendizagem. Além desse repertório, outras fontes importantes para a definição de um projeto educativo são os currículos, o conteúdo a ser trabalhado, o contato com outras experiências educacionais, assim como os Parâmetros Curriculares Nacionais que formulam questões essenciais o que, como e quando ensinar, constituindo um referencial significativo e atualizado sobre a função da escola, a importância dos conteúdos e o tratamento a ser dado a eles (LIBÂNEO, 2004).

Ao trabalhar com projeto na sala de aula o professor discute e explicitam de forma clara os valores coletivos assumidos. Delimita suas prioridades, define os resultados desejados e incorpora a auto-avaliação ao trabalho desenvolvido. Assim, organiza-se o planejamento, reúne-se equipes de trabalho, provoca-se o estudo e a reflexão contínua, dando sentido às ações cotidianas, reduzindo a improvisação e as condutas estereotipadas e rotineiras que, muitas vezes, são contraditórias com os objetivos educacionais compartilhados.

Na avaliação retoma-se o plano cooperativo para analisar os avanços e retrocessos, ou seja, dificuldades enfrentadas e contribuições para a mudança da realidade que foi inicialmente proposta. Faz-se necessário também uma avaliação individual de conteúdos, para averiguar o aprendizado de cada um durante a realização do projeto.

3.1 Escola: uma construção coletiva e permanente

Para Veiga (2001, p. 11) a concepção de um projeto pedagógico deve apresentar características tais como: a) ser processo participativo de decisões; b) preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições do cidadão. A escola enquanto espaço de construção e reconstrução do conhecimento que possibilite ao aluno conviver significativamente com o mundo em constantes transformações, para melhor se posicionar diante dos reveses da vida. Neste sentido, não se pode perder de vista que:

A intenção educativa dos professores ao trabalhar na perspectiva de projetos é possibilitar que os alunos compreendam os problemas colocados pela realidade contemporânea. Compreender significa ser capaz de ir além da informação dada, estabelecer relações entre vários pontos de vista, analisá-los e se posicionar diante deles. A compreensão e a interpretação da realidade pelo estudante estão vinculadas a sua experiência cultural, aos seus conhecimentos prévios, à cultura acumulada historicamente pela humanidade e à cultura contemporânea ((Cadernos da TV Escola, 2001, p.92-93).

É essencial a vinculação da escola com as questões sociais e com os valores democráticos, não só do ponto de vista da seleção e tratamento dos conteúdos, como também da própria organização escolar. As normas de funcionamento e os valores, implícitos e explícitos, que regem a atuação das pessoas na escola são determinantes na qualidade do ensino interferindo de maneira significativa sobre a formação dos alunos.

Para ser uma organização eficaz no cumprimento de propósitos estabelecidos em conjunto por professores, coordenadores e gestores, e garantir a formação coerente de seus alunos ao longo da escolaridade obrigatória, é imprescindível para um bom desenvolvimento curricular da escola que os professores trabalhem com projetos na sala de aula, visando uma maior participação de todos. Conforme relato abaixo:

A grande vantagem dos projetos escolares, sobretudo os direcionados para a pesquisa, é criar condições para que o estudante mostre os saberes prévios que possui sobre o assunto a ser investigado, como também é lhe dar oportunidade de se mobilizar na busca e na construção de conhecimentos novos, exercitando, para isso, a desenvoltura, a criatividade e as próprias competências na utilização dos procedimentos do método

científico pelo crescimento de sua auto-estima e confiança. (MARTINS, 2005 p.37).

O contínuo trabalho com projeto na sala de aula possibilita o conhecimento das ações desenvolvidas pelos diferentes alunos, sendo base do diálogo e reflexão para toda a turma. Nesse processo evidencia-se a necessidade da participação da sociedade, em especial dos pais, tomando conhecimento e interferindo nas propostas da escola e em suas estratégias. O resultado que se espera é a possibilidade de os alunos terem uma experiência escolar coerente e bem sucedida.

Deve ser ressaltado que uma prática de reflexão coletiva não é algo que se atinge de uma hora para outra, pois a sala de aula uma realidade complexa, não sendo possível tratar as diferentes situações como se fossem simples de serem resolvidas. Cada turma encontra uma realidade, uma trama. É preciso que haja incentivo do professor, pois o desenvolvimento do projeto requer tempo para análise, discussão e reelaboração contínua, o que só é possível em um clima favorável e com condições objetivas de realização.

Martins (2005) em seu livro “O trabalho com projetos de pesquisa do ensino fundamental ao ensino médio”, garante que:

A moderna pedagogia continua procurando e descobrindo novas alternativas para estimular e motivar o aluno a aprender pelo domínio dos conteúdos que lhes são oferecidos em sala de aula. Essas técnicas, como bem afirma a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) n.9,394 de 1996, devem ser promovidas como práticas educacionais, dentro de situações concretas contextualizadas a fatos ligados à realidade vivida pelo aluno para que sua aprendizagem se torne cada vez mais significativa, ou trabalhar os conteúdos em projetos de pesquisa pelo método científico para que estes não fiquem isolados, mas sejam integrados a outros conhecimentos.(MARTINS,2005 p.30-31)

O objetivo primordial de se trabalhar com projetos não é fornecer um kit pronto e acabado de ferramentas pedagógicas para serem usadas em sala de aula, mas deixar ao alcance do docente, um conjunto de idéias sobre o trabalho investigativo feito pelos alunos, que poderá ser adequado às suas aulas desde os primeiros anos escolares.

Gandin (2001, p. 14) defende uma metodologia de projetos em sala de aula, por que:

Possibilita o estudo de temas vitais no horizonte político pedagógico da comunidade e, ao mesmo tempo, no interesse dos alunos; permite participação de todos porque é da essência do projeto levar as pessoas a fazer.

Os alunos são motivados e não ficam parados só ouvindo o professor aborrecendo-se ou fazendo algo que não tem sentido, mas que “precisa ser feito”; abre perspectiva para a construção do conhecimento, a partir de questões reais, tão simples como aprender a ver televisão com espírito crítico ou tão complexo, como estabelecer a relação entre economia e bem social (GANDI, 2001, p.14-15).

3.2 Projetos Pedagógicos: uma experiência otimizadora do processo ensino aprendizagem

Um projeto, considerado em sentido formal e limitado, constitui apenas um documento que retrata um processo de planejamento pelo qual se tomam decisões a respeito de resumos de ação, emprego de recursos e de esforços, bem como se especifica ações e condições necessárias para resolver problemas, alterar uma situação ou criar nova. A partir de tal consideração, a tendência de planejadores é a de focalizarem o documento e não os processos e respectivos resultados que se pretende ao elaborá-lo.

Elaborar projeto significa planejar cursos específicos e dinâmicos de ação, tendo-se em mente articular todos os elementos envolvidos (pressupostos, objetivos, objeto, método e seus desdobramentos, clientes, condições físicas, materiais, financeiras e circunstâncias necessárias para sua execução), a partir de uma visão concreta da realidade e comprometimento com a sua transformação.

Em seu sentido mais amplo, e na realização plena do seu significado, o mais importante não é o documento produzido pelo planejamento, e sim o processo mental e social que envolve o empreendimento que mobiliza e que se faz presente na ação inteligente dos atores do projeto, que cria a predisposição e determinação para agir visando conseqüências concretas e positivas. Nesse sentido, a elaboração de um projeto correspondente a um processo de mobilização e promoção de sinergia para ação organizada e consistente. Corresponde à definição de um compromisso de ação e, como tal, tanto é um documento, como um ideário (VEIGA, 2001).

A elaboração de um projeto envolve a maturação de idéias, caracterizado por observações, análises, comparações, reflexões e sistematizações. Em seu processo são identificadas três fases: estudos preliminares, anteprojeto e projeto. Não se trata, portanto, de tarefa que se possa executar de forma aligeirada; ela é atividade reflexiva, que envolve contínua retomada, por meio de um processo gradual de alargamento e compreensão das problemáticas envolvidas e dos aspectos diversos que demandam a intervenção adequada sobre os mesmos.

Os estudos preliminares constituem-se numa primeira aproximação ao objeto do projeto orientada para a focalização mais clara das necessidades e perspectivas que o mesmo possa vir a ter para tal fim, são realizadas investigações exploratórias que determinam o seu rumo, assim como os indícios de sua viabilidade. Nesta fase, já são feitas as primeiras mobilizações das pessoas que deverão ser envolvidas na elaboração e na implementação do projeto. São, portanto, estabelecidas as bases de um processo cooperativo e, ao mesmo tempo, são delimitados o foco e abrangência do projeto, bem como a interpretação que se dá a ele (VEIGA, 2001).

Mediante investigação quantitativa e qualitativa, são definidas as necessidades e perspectivas, embora ainda de maneira elementar e imprecisa. O importante é determinar a idéia central do projeto, bem como apontar os elementos e recursos principais necessários a sua execução.

Uma das características de um projeto é a delimitação do seu foco ou raio de ação, a partir da circunscrição da atenção para questões específicas, consideradas prioritárias ou fundamentais. Essa especificação, no entanto, depende do tipo e natureza da organização e de suas necessidades e oportunidades. Assim, uma questão como desenvolvimento de equipe ou de pessoal, que é necessária em toda e qualquer organização, pode ter desdobramentos diferentes em diferentes organizações, tendo em vista a sua cultura diferente. Indústria, comércio, hospitais, escolas são alguns dos contextos onde se podem aplicar tais projetos, como conotações diversas, tendo em vista a especificidade de seus objetivos e de sua cultura organizacional (LIBÂNEO, 2004).

Ensinar por projetos não é novidade no Brasil, uma vez que essa prática pedagógica, baseada em princípios científicos, já era preocupação nas décadas de

1960 e 1970, quando se procurava seguir um modelo baseado em projetos experimentais, de caráter prático chamado “trabalho por temas”, voltado para a produção do conhecimento científico, sobretudo no ensino de ciências, a partir da observação, do problema, das hipóteses, da discussão de dados e da conclusão, pois, como afirma Martins (2005, p. 7):

Não se trata de trabalho inovador, nem teórico, pois é resultado das experiências vividas por mim durante vários anos na coordenação e na tutoria de Curso Normal Superior para lecionar e capacitar inúmeras professoras, tempo suficiente para sentir de perto toda a problemática das deficiências existentes na formação de docentes, os quais em contrapartida sempre demonstravam uma vontade impressionante de aprender mais e de renovar suas técnicas e estratégias de ensinar.

Somente a partir de 1980 houve um grande movimento na educação visando a resgatar o método científico de ensino-aprendizagem com o intuito de provocar a aquisição de capacidades relacionadas com seu emprego e de estendê-lo ao ensino de todas as disciplinas, aproveitando os conhecimentos prévios dos alunos e suas experiências de vida cotidiana e indo além dos limites curriculares com atividades práticas de pesquisa (OLIVEIRA, 2006). Além disso, difundiu-se a preocupação com a interdisciplinaridade, considerada a forma de integrar os diversos campos de conhecimento no aprofundamento do saber globalizado, prática que predomina até hoje e que veio abrir horizontes e dar sentido à multicidência destinada a produzir as fantásticas tecnologias que usufruímos hoje.

A técnica da interdisciplinaridade facilita compatibilizar vários conteúdos disciplinares fragmentados por meio de questionamentos, complementação e esclarecimentos sobre seus diversos aspectos. Por meio dela as disciplinas aproximam-se e identificam-se ou distanciam-se pelos métodos ou pelo objeto de estudo.

Tem-se tornado tão importante o procedimento interdisciplinar no mundo atual que a tendência do ensino globalizado é sempre usá-lo na resolução de problemas ou no estudo de fenômenos nos quais cada disciplina dá sua parcela ou contribui para o êxito do resultado.

Nessa concepção de ensino, o papel do professor passa a ser o de orientador do processo e facilitador de novas experiências dos alunos. Este profissional deve

estar consciente dos requisitos básicos para que um projeto seja educativo, que na visão de Martins, deve:

Propiciar a reflexão sobre fatos considerados como algo comum que ocorre ou se apresenta na realidade, para vê-los de maneira diferente no contexto sócio cultural; propiciar sua realização pessoal tornando-os possuidores de maior conhecimento e atuantes nas suas relações sociais; fazer entender que o projeto é uma ponte entre o estudante e o mundo, que oportuniza a aquisição de informações e o progresso no saber; mostrar que os conceitos adquiridos por meio de estudos e da prática não são completos, mas podem mudar no decorrer do tempo (MARTINS, 2005p. 42).

Em razão de atualmente a educação ser vista como construção e como vida, o professor tudo deve fazer para que o aluno desenvolva sua capacidade criativa, seu espírito crítico e para que acorde e valorize o potencial de suas idéias, colocando-as em confronto com as dos colegas pela troca e pela interação no trabalho em grupo, exercício este considerado muito útil ao estudo por projetos.

Outra função importante do mestre é fazer o aluno acreditar em si mesmo, descobrindo suas próprias possibilidades para se tornar agente e participante ativo de sua própria formação.

Para isso, recomenda-se confiar nele despertando as capacidades inatas que tem de vencer as inquietudes, de contornar as dificuldades que encontra, de resolver situações-problema e de utilizar os dotes intelectuais que possui na aquisição de saberes e habilidades.

Nada melhor para conseguir tais objetivos que ensinarmos por projetos, uma vez que eles dão oportunidade aos alunos de desenvolverem suas competências e capacidades diante de situações reais, como seria o caso de projetos cujos temas que agradam os alunos estejam voltados para os fenômenos da natureza, como fatos da biologia, da história, da geografia, ou para o contexto social, como a reciclagem do lixo, a criação de jornal escolar, de livro coletivo de poesias ou de contos, de herbário, de mostruário, de exposições, e gincanas.

Nessas tarefas eles se sentirão responsáveis, mobilizarão suas habilidades na busca de recursos e aplicação seus conhecimentos para resolução de pequenos problemas que encontrarem. Só os famosos “aprender a aprender” e o “aprender fazendo”, são úteis para interessar os jovens pelos estudos que lhes são oferecidos

de maneira diferente pela escola e nos quais eles demonstrarão progressos pelo “saber fazer” dando-lhes sentido pratico.

Abre-se aqui um parêntese para focar a experiência com projetos realizados em aulas de ciências e por meio deles, o professor fará com que entendam facilmente não somente os fenômenos que encontram no cotidiano – como a evaporação, a condensação da água e conseqüentemente as nuvens, os nevoeiros, as chuvas, como também fatos da vida social e cultural. Poderá também, fazê-los descobrir o que são microorganismos, como as bactérias têm função importante para os seres humanos e a economia dos países, por meio da decomposição ou apodrecimento das frutas, do azedo do leite talhado, ou do caldo de cana fermentado e das bebidas alcoólicas.

O professor que educa deve relacionar esses fatos a outras disciplinas como história, geografia e biologia, por meio da vida de Pasteur e suas experiências na França para salvar os vinhos de Champagne, ou a produção da seda na região de Alais, ou a salvação de crianças mordidas por animais com raiva, as vacinas..

Os projetos escolares são atividades a serem organizadas em torno de conteúdos curriculares, temas transversais ou de interesse dos alunos com a finalidade de oferecer experiências de aprendizagem ricas em situações educativas e de participação coletiva. Neles os alunos podem liberar suas potencialidades e competências criativas ao assumirem responsabilidades e ao discutirem e opinarem sobre assuntos e problemas a resolver (VEIGA, 2001).

Os projetos como atividades didáticas têm por finalidade precípua incentivar e desenvolver o gosto pela pesquisa e a aventura de descobrir e apropriar-se do conhecimento significativo que interessa questionar o que se aprende fugindo da dependência rotineira e limitada do livro e do material escolar. Contudo, é bom lembrar ao professor que nada disso acontecerá sem sua orientação e sem um planejamento prévio direcionado todas as situações de aprendizado para objetivos preestabelecidos. Dessa forma, os alunos, dentro ou fora da escola, poderão tomar decisões em conjunto sobre por que, para que, como e em que etapas realizarão o trabalho, transformando assim seus saberes em instrumentos de ação para poderem alcançar os objetivos propostos.

Não pode ficar esquecida outra grande vantagem educativa dos projetos em sala de aula e que, progressivamente, se manifestará no despertar do interesse pelo conhecimento, no estímulo do espírito pelo desafio, no enfrentamento das dificuldades e das situações que exigem mobilização da inteligência e desenvolvam o potencial criativo (LIBÂNEO, 2006).

Acredita-se que o antigo e muito questionado sistema de “transmissão de saberes de maneira unilateral”, ou seja, de uma cabeça para outra, deverá ceder lugar a um outro processo de ensino-aprendizagem renovado, mais dinâmico e objetivo, promovendo a construção do conhecimento pela parceria, desafio, reflexão e interação criativa.

Estas são as contribuições que os projetos, como instrumentos escolares, poderão oferecer sobejamente aqueles que acreditam na possibilidade de se dar um novo significado ao trabalho pedagógico, que resulta interação do professor com seus alunos, não apenas na sala de aula, mas também em outros espaços.

3.3 A importância do Projeto Político Pedagógico

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), no artigo 15, concedeu à escola progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira. Ter autonomia significa construir um espaço de liberdade e de responsabilidade para elaborar seu próprio plano de trabalho, definindo seus rumos e planejando suas atividades de modo a responder às demandas da sociedade, ou seja, atendendo ao que a sociedade espera dela. A autonomia permite à escola a construção de sua identidade e à equipe escolar uma atuação que a torna sujeito histórico de sua própria prática (BRASIL, 1998).

É bom lembrar que, pela primeira vez no Brasil, há uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que detalha aspectos pedagógicos da organização escolar, o que mostra bem o valor atribuído a essa questão pela atual legislação educacional.

Dessa forma, essa é uma exigência legal que precisa ser transformada em realidade por todas as escolas do país. Entretanto, não se trata apenas de assegurar o cumprimento da legislação vigente, mas, sobretudo, de garantir um momento privilegiado de construção, organização, decisão e autonomia da escola. Por isso, é importante evitar que essa exigência se reduza a mais uma atividade burocrática e formal a ser cumprida (OLIVEIRA, 2001).

Um projeto político-pedagógico voltado para construir e assegurar a gestão democrática se caracteriza por sua elaboração coletiva e não se constitui em um agrupamento de projetos individuais, ou em um plano apenas construído dentro de normas técnicas para ser apresentado às autoridades superiores.

Segundo Libâneo (2004), é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar. Na verdade, o projeto político-pedagógico é a expressão da cultura da escola com sua (re) criação e desenvolvimento, pois expressa a cultura da escola, impregnada de crenças, valores, significados, modos de pensar e agir das pessoas que participaram da sua elaboração. Assim, o projeto orienta a prática de produzir uma realidade. Para isso, é preciso primeiro conhecer essa realidade. Em seguida reflete-se sobre ela, para só depois planejar as ações para a construção da realidade desejada. É imprescindível que, nessas ações, estejam contempladas as metodologias mais adequadas para atender às necessidades sociais e individuais dos educandos.

A partir dessas finalidades, é preciso destacar que o projeto político-pedagógico extrapola a dimensão pedagógica, englobando também a gestão financeira e administrativa, ou seja, os recursos necessários à sua implementação e as formas de gerenciamento. Em suma, construir o projeto político-pedagógico significa enfrentar o desafio da transformação global da escola, tanto na dimensão pedagógica, administrativa, como na sua dimensão política. Para que as finalidades do projeto político-pedagógico sejam alcançadas, alguns processos precisam ser desenvolvidos. Em vários momentos, esses processos se entrecruzam e são dependentes uns dos outros, como se verá a seguir. Antes, é necessário que fique

claro que não há uma única forma de se construir um projeto, devido às singularidades de cada unidade escolar.

3.4 O processo de participação

A importância da participação vem sendo ressaltada por todos que defendem uma gestão democrática. No entanto, embora nenhum segmento tenha uma importância menor que a do outro nesse trabalho coletivo, é importante definir, com clareza, as responsabilidades que cada um deve assumir, considerando a existência de funções e níveis hierárquicos diferenciados dentro da escola, ou seja, todos devem ter o seu espaço de participação, mas não se deve confundir o espaço das atribuições, ultrapassando os limites de competência de cada um (LIBÂNEO, 2006).

Para que o projeto político-pedagógico seja, de fato, um instrumento de melhoria de qualidade da escola, ele precisa ser construído coletivamente, com responsabilidade e compromisso, a partir de um processo contínuo de mobilização que envolve elaboração, execução, acompanhamento, avaliação e reelaboração.

Uma das mais importantes tarefas da equipe gestora é encontrar pontos de partida para atingir um nível esperado de mobilização, pois, durante o processo, muitas lideranças vão emergir, provocando novas adesões. O papel do Conselho Escolar nesse trabalho de mobilização é fundamental, já que ele congrega os representantes dos diversos segmentos da escola. No entanto, é sempre desejável que a participação da comunidade seja ampliada com a presença de outras pessoas, além daquelas que já fazem parte do Conselho (LIBÂNEO, 2006).

Essa mobilização é indispensável, sob pena de não se conseguir construir a proposta de uma forma democrática, legitimada por aqueles que fazem da escola um espaço vivo e atuante.

É preciso compreender que, nas sociedades humanas, nenhum processo se faz de forma linear e harmônica e, portanto, a negociação se torna um elemento central na realização de qualquer trabalho que envolva a coletividade. A participação democrática, condição essencial de formação do cidadão supõe a presença de

conflitos. O próprio exercício da participação abre espaço para a emergência desses conflitos. É impossível evitar tais situações, porque elas existem de fato e revelam a variedade de concepções que norteiam as ações pessoais. É necessário, pois, reconhecer a existência de tensões ou conflitos entre as necessidades individuais e os objetivos da instituição e compreender a sua natureza, de modo a capitalizar as divergências em favor de um objetivo maior (GADOTTI, 2007).

É aqui que entra o papel da negociação. Saber negociar significa dar lugar ao debate, à expressão das várias necessidades e das diferenças, produzindo um ambiente do qual resulte a assunção coletiva dos conflitos e dos problemas, a cooperação voluntária no trabalho em equipe, a repartição mais igualitária do poder e dos recursos.

Assim, a autonomia da escola não é, isoladamente, a autonomia dos gestores ou a dos professores ou a dos alunos ou a dos pais. Ela é resultante da confluência de várias formas de pensamento e de interesses diversos que é preciso saber gerir, integrar e negociar. O projeto político-pedagógico, portanto, vai significar uma síntese desses diversos interesses e tem como propósito dar um sentido coletivo às autonomias individuais. Sabe-se que o currículo escolar é um dos pontos mais difíceis a serem enfrentados pela escola.

Assim sendo, é indispensável que a escola se reúna para discutir a concepção atual de currículo expressa tanto na LDBEN quanto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os diferentes níveis de ensino e também nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) (BRASIL, 1996).

É através da construção da proposta pedagógica da escola que a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada se integram. A composição curricular deve buscar a articulação entre os vários aspectos da vida cidadã (a saúde, a sexualidade, a vida familiar e social, o meio ambiente, o trabalho, a ciência e a tecnologia, a cultura, as linguagens) com as áreas de conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Língua Estrangeira, Educação Artística, Educação Física e Educação Religiosa).

Há várias formas de composição curricular, mas os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam que os modelos dominantes na escola brasileira, multidisciplinar e pluridisciplinar, marcados por uma forte fragmentação, devem ser substituídos, na medida do possível, por uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar.

Assim, no processo de elaboração da proposta pedagógica ao definir o que ensinar, para que ensinar, como ensinar a equipe gestora e a comunidade escolar deve estudar a legislação educacional, bem como a documentação oficial da Secretaria de Educação e do Conselho Estadual e ou Municipal de Educação, produzida com o objetivo de orientar a implantação desses dispositivos legais no que se refere ao currículo. A partir daí, torna-se necessário identificar que ações precisam ser planejadas e realizadas pela escola para colocar em prática um currículo que contemple os objetivos da educação básica (GADOTTI, 2007).

A direção da escola, ou a equipe gestora como um todo, tem, nesse contexto, um papel fundamental. Além de liderar a construção permanente da proposta pedagógica, deve estar todo o tempo viabilizando as condições para sua execução, e uma delas é a formação contínua de seus professores para que eles possam desenvolver, com competência, o currículo expresso na proposta pedagógica.

A função primordial da escola é possibilitar aos seus alunos o acesso ao conhecimento escolar. Para isso, o conhecimento disponível é esquematizado, reestruturado, segmentado, simplificado, reconstruído, como meio de promover a sua apreensão pelos alunos. O trabalho escolar, portanto, é uma transposição didática do conhecimento formal em conhecimento escolar (LIBÂNEO, 2004). Assim, o professor é, de fato, um mediador na interação dos alunos com os objetos de conhecimento. A orientação didática que assume e os métodos que utiliza têm, pois, como finalidade, estimular a compreensão, generalização, transposição e aplicação de conceitos em situações diversas, de modo a permitir à solução de problemas, o levantamento de questões, a avaliação dos resultados de suas ações e a reconstrução do conhecimento em outros níveis – ou seja, promover a aprendizagem.

A construção e execução do projeto político-pedagógico e do plano da escola precisam ser sustentadas por um acompanhamento contínuo e sistemático da equipe gestora, que inclui a participação efetiva de um coordenador pedagógico. Cabe às secretarias de educação providenciar a presença desse agente na escola, seja ele um elemento integrante da própria escola, seja ele um técnico da secretaria. O importante é que haja responsáveis pela mobilização da escola, para que a

comunidade como um todo possa estar periodicamente discutindo os rumos que o projeto político-pedagógico e o plano da escola vão tomando. (VEIGA, 2001)

É preciso entender que o projeto pedagógico é caracterizado como ação consciente e organizada. O projeto deve romper com o isolamento dos diferentes segmentos da instituição educativa e com a visão burocrática, atribuindo-lhes a capacidade de problematizar e compreender as questões postas pela prática pedagógica.

A elaboração do projeto político-pedagógico sob a perspectiva da inovação emancipatória segundo Veiga (2001, p.48) afirma que:

É um processo de vivência democrática à medida que todos os segmentos que compõem a comunidade escolar e acadêmica participam dela, tendo compromisso com seu acompanhamento e, principalmente, nas escolhas das trilhas que a instituição irá seguir. Dessa forma, caminhos e descaminhos, acertos e erros não serão mais da responsabilidade da direção ou da equipe coordenadora, mas do todo que será responsável por recuperar o caráter público, democrático e gratuito da educação estatal, no sentido de atender os interesses da maioria da população.

Para modificar sua própria realidade cultural, a instituição educativa deverá apostar em novos valores. Em vez da padronização, propor a singularidade; em vez de dependência, construir a autonomia; em vez de isolamento e individualismo, o coletivo e a participação; em vez da privacidade do trabalho pedagógico, propor que seja público; em vez de autoritarismo, a gestão democrática; em vez de cristalizar o instituído, inová-lo; em vez de qualidade total, investir na qualidade para todos.

É fundamental que se entenda, de maneira tão clara quanto possível, a natureza geral dessa forma de conceber o projeto político-pedagógico, fundado na concepção de inovação emancipatória ou edificante. Por um lado, o projeto é um meio que permite potencializar o trabalho colaborativo e o compromisso com objetivos comuns; por outro, sua concretização exige rupturas com a atual organização do trabalho e o funcionamento das instituições educativas.

As noções de inovação e projeto político-pedagógico assumidas neste artigo diferem da concepção conservadora e regulatória como rearranjo de situações externas à situação inovada. Cabe a nós, educadores e pesquisadores, o papel fundamental no sentido de clarear e desvelar as concepções que respaldam as lógicas de inovação e do projeto político-pedagógico.

4 METODOLOGIA

Esta monografia foi elaborada durante a realização do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica nas Escolas Técnicas do SUS, promovido pelo Ministério da Saúde, sob a execução da Universidade Federal de Minas Gerais. As orientações para sua construção foram dadas paralelamente à sua elaboração, durante a execução do curso na modalidade à distância.

Inicialmente definimos o problema, a partir da prática profissional do orientando, sendo realizado o seu recorte, definidas as suas causas e conseqüências, com posterior levantamento das evidências científicas.

Em seguida definimos os objetivos geral e específicos, revisamos a literatura relacionada ao tema estudado e elaboramos a introdução. O passo seguinte foi escrever a revisão de literatura e a metodologia. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a temática, onde coletamos as informações necessárias. Para a descrição do cenário e dos sujeitos do estudo foi levado em consideração à experiência e o envolvimento com o problema em questão.

4.1 Cenário da pesquisa

O cenário da pesquisa foi a Escola Técnica de Saúde do Piauí - ETSUS-PI, Instalada no Centro Estadual de Educação Profissional em Saúde Monsenhor José Luiz Barbosa Cortez (CEEPS), situado a Rua Climério Bento Gonçalves S/N, Bairro Monte Castelo em Teresina – PI.

As Escolas Técnicas de Saúde do SUS foram criadas para exercer papel estratégico na profissionalização dos trabalhadores de nível médio sem qualificação específica para o setor Saúde. O trabalho pedagógico da Escola busca conduzir o aluno ao aperfeiçoamento contínuo da ação educativa. Para isso, utiliza métodos científicos, de modo que a observação, a pesquisa e a demonstração façam parte dos conteúdos e estejam relacionados à experiência prática. O maior objetivo da ETSUS é formar trabalhadores com senso crítico para o pleno exercício da

cidadania e dotados de competências técnico-científicas que lhes confirmam capacidade profissional.

As Escolas Técnicas e Centros Formadores do SUS - ETSUS são instituições públicas criadas para atender as demandas locais de formação técnica dos trabalhadores que já atuam nos serviços de saúde, acompanhando o processo de municipalização do SUS no Brasil. A origem das ETSUS remete ao Projeto Larga Escala, iniciado em 1985.

As Escolas Técnicas do SUS atuam no segmento chamado de educação profissional, que hoje engloba a formação inicial e continuada (antiga formação básica), os cursos técnicos e os tecnológicos. São, em sua maioria, vinculadas à gestão da Saúde e não da Educação, o que facilita a adoção dos princípios e diretrizes do SUS como norteadores da sua prática formativa.

4.2 Sujeitos da pesquisa

Serão sujeitos desta pesquisa os atores de todos os segmentos da referida escola, coordenadores técnicos e pedagógicos, alunos, pessoal de apoio e corpo técnico da ETSUS-PI.

4.3 Etapas da pesquisa

O estudo proposto será iniciado pela realização de um planejamento e preparação coletiva do Projeto Político Pedagógico.

Essa etapa consiste em planejar e sensibilizar os profissionais envolvidos. Nela constitui-se uma comissão de elaboração do projeto político pedagógico com a função de coordenar e articular o processo. A comissão deve ter representação de todos os atores e pode ser uma comissão já instituída na escola, como o conselho escolar e ou ser criada uma nova comissão para esse fim. O planejamento deve prever reuniões desta comissão para acompanhar o processo, portanto seus

integrantes devem ter disponibilidade para o trabalho e de preferência, serem eleitos por seus pares.

Para a construção coletiva do projeto político pedagógico, em quaisquer níveis de ensino, começa a ser exigência a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, e após 15 anos de aprovação desta LDB, o projeto político pedagógico não mais expressa uma novidade, mas é ainda objeto de reflexão e de complexas compreensões e operacionalizações cotidianas.

Ao referirmos aos instrumentos de gestão, estamos assumindo que o PPP não se reduz aos instrumentos de controle burocrático do trabalho escolar, muito menos a documento que, obrigatoriamente, deva existir para que a escola e os cursos propostos sejam aprovados nas instâncias legalmente instituídas.

Trata-se de instrumento que norteia o trabalho pedagógico da escola cujo desenvolvimento pode ser acompanhados nas ações cotidianas que nos acontecem diversos espaços educativos, Isso significa “zelar” por uma proposta de formação.

Em se tratando da ETSUS, o Projeto Político Pedagógico da escola deve expressar intenções, valores e concepções fundamentais às ações educativas propostas, tendo como finalidade última contribuir para a formação de trabalhadores que potencializem a consolidação do SUS. Assim, não se constrói um projeto sem uma direção política. Há sempre, no PPP, uma finalidade que permanece como horizonte da escola. Projeto não é plano conjunto de objetivos, metas e procedimentos. Esse conjunto é necessário, mas o projeto não se esgota nele.

O plano permanece no campo do instituído (história da escola seus currículos, métodos, atores etc.), ou melhor, no cumprimento mais eficaz do instituído. Já o projeto precisa rever o instituído para, a partir dele, instituir outra coisa, ou seja, tornar-se instituinte, Um projeto confronta sempre o instituído com o instituinte (GADOTTI, 2000). Trata, pois, de um trabalho em processo e que envolve, necessariamente, passado, presente e futuro.

Ao organizarmos os projetos de nossas escolas, planejamos o trabalho que temos intenção de realizar, lançamo-nos para diante, olhamos para frente. Projetar-se é relacionar-se com o futuro, é começar a fazê-lo. E só há um momento de fazer

o futuro, no presente. O futuro é o que viveremos como presente, quando ele chegar. E que já está presente, no projeto que dele fazemos. Pode parecer complicado, mas trata-se de algo que se constata em nossa vivência do cotidiano. O presente momento único de experiência e relação traz no seu bojo o passado, enquanto vida incorporada e memória, e o futuro, enquanto vida projetada. Isto vale tanto para as experiências singulares, de cada um de nós, como para a vida da sociedade. É isso que garante a significação do processo histórico (RIOS, 1992, p. 74).

Todo projeto implica rupturas com o presente e promessas para o futuro. Isso supõe a quebra de um estado confortável para arriscar. As promessas deixam visíveis os campos de ação possíveis, comprometendo seus atores e autores.

O projeto político-pedagógico de uma escola, ainda segundo Rios (1992), tem uma intenção para o futuro. Neste sentido, para elaborar um projeto é necessário que sejam considerados os limites e as possibilidades do contexto escolar, definindo princípios norteadores da ação, determinando aonde se quer chegar, estabelecendo caminhos e etapas para o trabalho e distribuindo tarefas para os sujeitos envolvidos e avaliando o processo continuamente. O projeto é sempre provisório.

A construção do projeto político-pedagógico deve ainda ser coletiva, envolvendo os atores do processo ensino-aprendizagem. Ele aglutina crenças, convicções, conhecimentos dos atores envolvidos da comunidade escolar, do contexto social e científico e precisa ser concebido com base nas diferenças existentes entre os distintos atores. Em sendo um processo participativo de decisões, envolve lidar com os conflitos, contradições existentes, buscando eliminar competições e relações autoritárias, permitindo as relações horizontais (VEIGA, 2002).

Nesse sentido, se a intenção é fortalecer a gestão político-pedagógica da ETSUS, o PPP, como construção coletiva, articula-se bem com esta intenção. Este é um grande desafio, mas o PPP está aí para ser compreendido, posto em ação, ressignificado, reconstruído a qualquer momento, tendo sempre como grande norteador a finalidade de formação no e para o SUS. Este valor o qualifica como “ponto de encontro”, como “unidade integradora” de um coletivo organizado. Trata-

se de fortalecer a construção de uma escola em perspectiva reflexiva e crítica, pautada em valores democráticos e em formação emancipadora, que possibilite a atuação crítica, criativa e compromissada no mundo do trabalho da saúde e a participação político social como cidadão. O projeto político-pedagógico pode ser construído embasado em uma visão estratégico-empresarial ou emancipadora.

Sob o ponto de vista estratégico-empresarial, é concebido como um instrumento de controle, pois está atrelado a mecanismos operacionais, técnicos e estratégicos que advém de vários centros de decisões e de diferentes pessoas. Essa opção de gestão tipo empresarial opera com a lógica do pensamento separado da ação, o estratégico separado do operacional: há os que pensam e os que fazem. Nessa proposta, a palavra de ordem é “eficiência e custo”. Cabe à escola formalizar o que já existe, conservando a lógica de funcionamento e da não introdução de inovações significativas.

O projeto pedagógico construído sob a ótica emancipadora, no entanto, segundo a mesma autora, é construído coletivamente com os atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem, em uma visão de unicidade entre a teoria e a prática, não havendo primazia de uma sobre a outra. A prática é concebida como ponto de partida para produção de novos conhecimentos. Teoria e prática são distintas, mas inseparáveis na construção do projeto.

Outro ponto a ser considerado é o diálogo, pois toda instituição que pretenda desenvolver prática participativa deve ter como foco o exercício do diálogo e saber lidar com as diferenças, pois se trata de permanente exercício social e político de construção de protagonismo.

4.4 Resultados esperados

Com o cumprimento dos objetivos desse projeto político pedagógico, esperamos que os sujeitos desta pesquisa os atores de todos os segmentos da referida escola, coordenadores técnicos e pedagógicos, alunos, pessoal de apoio e

corpo técnico da ETSUS-PI, desenvolvam competências primordiais à realização deste projeto de intervenção.

Nossa intenção não é só capacitar, mas mudar a qualidade da assistência que esses profissionais prestam aos usuários do SUS. A principal especificidade da ETSUS é a capacidade de descentralizar os currículos, mantendo os processos administrativos centralizados. Para isso, utilizam as unidades de saúde como espaços de aprendizagem e qualificam pedagogicamente os profissionais de nível superior dos serviços para atuarem como professores. Além disso, adequam o currículo ao contexto regional e têm como modelo pedagógico a integração ensino-serviço, com sua concepção fundamentada na articulação entre Trabalho, Ciência e Cultura, tendo o trabalho e a pesquisa como princípios educativos.

Nesse íterim a ETSUS/PI pretende desenvolver uma proposta inovadora de educação oferecendo cursos voltados para área de saúde, possibilitando ao professor e ao aluno constante movimento em busca do conhecimento de trabalho com projetos que objetivam a aquisição, geração e aplicação do saber, considerando os princípios científicos, éticos e culturais que preparem o indivíduo para o convívio social, num determinado contexto especial e temporal, bem como para intervir na sociedade em função de sua transformação,

A visão de futuro da Escola é que ela seja referência de formação profissionalizante na área de saúde, convergente no sentido de atender com plenitude aos cidadãos e às comunidades com base no que preconiza o Sistema Único de Saúde - SUS e que tenha seu Projeto Político Pedagógico que atenda as suas reais necessidades no processo educacional e, que elabore instrumentos que proporcionem a avaliação do trabalho da ETSUS-PI, pois temos consciência de que é instrumento que nos permite compreender cada vez mais, a nossa posição e situação institucional para avançarmos rumo ao alcance dos nossos objetivos e nossas metas.

Mas é necessário mudar muito mais, precisamos aceitar o projeto político pedagógico como um componente fundamental de articulação e de integração entre as pessoas atores dos processos educacionais; entre educação e saúde, entre teoria e prática e entre ensino, serviço e comunidade. Acreditamos que o projeto

político pedagógico, com uma finalidade específica de assegurar o desenvolvimento do trabalho em saúde de qualidade.

O projeto político pedagógico baseia-se na intenção de atuar no seu contexto real, perseguindo objetivos de mudança numa situação considerada como problema ou de necessidade. Com suas atividades, relacionando-se com a ação dos demais sujeitos na sociedade, pretende produzir resultados que, no conjunto, contribuam para modificar essa realidade. Assim, os resultados de um projeto nunca são uma garantia de certeza, mas um investimento, uma aposta na possibilidade de alcançá-los. Não havendo certezas, é preciso construir meios de monitoramento que auxiliem a perceber o rumo das mudanças que se consegue gerar.

O projeto político pedagógico possibilita ampliar a consciência acerca das possibilidades e limites de atuação da escola, além de permitir uma visualização da abrangência do trabalho e das competências que precisam ser desenvolvidas para responder as demandas sociais e educativas. No esforço de aprofundar e qualificar suas competências, a escola potencializa sua capacidade de reflexão da realidade e abre espaço para a inovação no cotidiano de educação.

Em se tratando da ETSUS, o PPP da escola deve expressar intenções, valores e concepções fundamentais às ações educativas propostas, tendo como finalidade última contribuir para a formação de trabalhadores que potencializem a consolidação do SUS.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um projeto na verdade é a princípio, uma irrealidade que vai se tornando real, conforme começa ganhar corpo a partir da realização de ações e, conseqüentemente, as articulações destas. O que se verifica com o estudo sobre Projetos Pedagógicos: uma experiência otimizador do processo ensino aprendizagem é que a moderna pedagogia continua procurando e descobrindo novas alternativas para estimular e motivar o aluno a aprender pelo domínio dos conteúdos que lhe são oferecidos em sala de aula.

Essa metodologia, como bem afirma, deve ser promovida como práticas educacionais, dentro de situações concretas contextualizadas a fatos ligados à realidade vivida pelo aluno para que sua aprendizagem se torne cada vez mais significativa.

Os projetos pedagógicos desenvolverão nos alunos a desenvoltura e a criatividade, além das tão decantadas competências, tendo, assim, um valor extraordinário para o ensino-aprendizagem, uma vez que aproximam e integram de uma forma simples e bem ao gosto do aluno, a teoria e a prática, fugindo da monotonia repetitiva das tarefas de sala de aula.

Dessa forma, quando falamos em Pedagogia de Projetos, estamos nos referindo a uma lógica educativa bastante diferenciada do que se vem fazendo na maioria dos processos educacionais.

Mudar a lógica educativa significa romper com tradições e a Pedagogia de Projetos apresenta diversas propostas de ruptura: romper com a desarticulação entre os conhecimentos escolares e a vida real, com a fragmentação dos conteúdos em disciplinas, em séries e em períodos letivos predeterminados, como horários semanais fixos e bimestres, romper com o protagonismo do professor nas atividades educativas, romper com o ensino individualizado e com a avaliação exclusivamente final, centrada nos conteúdos assimilados e voltada exclusivamente para selecionar os alunos dignos de certificação.

Na pedagogia de projetos, o aluno aprende fazendo, pesquisando, aplicando conceitos e desenvolvendo estratégias de aprendizagem. Nessa forma de aprender contextualizada, aberta para novas relações entre os diversos conceitos, numa situação de grupo em que as interações se intensificam e se comprometem em termos de aprender e ensinar um com o outro, o papel do professor, sem dúvida, precisa ser reconstruído.

Nesta situação de aprendizagem, o professor precisa observar e analisar o desenvolvimento do aluno para fazer a mediação pedagógica, orientando, instigando e criando condições para que os alunos possam articular e formalizar os conceitos utilizados na realização do projeto.

Este é um grande desafio, mas o PPP está aí para ser compreendido, posto em ação resignificando, reconstruindo a qualquer momento, tendo sempre como grande norteador a finalidade de formação no e para o SUS. Este valor o qualifica como “ponto de encontro”, como “unidade integradora” de um coletivo organizado.

A conclusão mais incisiva é que a construção do Projeto Político Pedagógico da ETSUS: a reconstrução de uma prática educativa e autônoma trata-se de fortalecer a construção de uma escola em perspectiva reflexiva e crítica, pautada em valores democráticos e em formação emancipadora, que possibilite a atuação crítica, criativa e compromissada no mundo do trabalho da saúde e a participação político social como cidadão.

REFERÊNCIAS

AGUILA, L. E. *A Gestão da educação: seu significado de propostas pedagógicas institucionais*. Texto apresentado no III Congresso Latino-Americano de Administração da Educação — 21-25 de julho de 1997, Unicamp — São Paulo, Brasil.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1996. v.1.

CADERNOS, da TV Escola. *Projetos de trabalho – Brasília*: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação à Distância, 2000.

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (orgs.). *Autonomia da escola: princípios e propostas*. São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, Moacir. *História das ideias pedagógicas*. São Paulo: Ática, 2000.

_____. *Educar para um outro mundo possível*. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GANDIN, Adriana Beatriz. *Metodologia de projetos na sala de aula*. São Paulo: Loyola, 2001.

GARDNER, Howard. *Inteligências múltiplas: a teoria na prática*. São Paulo: Artes Médicas, 1997.

HERNANDES, F.; VENTURA, M. *A Organização do currículo por projetos de trabalho*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

HERNANDES, Fernando. *Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho*. Porto Alegre: Art Medx, 1998. 145p.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5.ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

_____. *Didática*. .ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2006.

MARTINS, Jorge Santos. *Projetos de pesquisa: estratégias de ensino e aprendizagem em sala de aula*. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

NERICE, Imídeo Giuseppe. *Metodologia do ensino: uma introdução*. São Paulo: Atlas, 1989.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. *Filosofia da educação: reflexões e debates*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PASSOS, Laurizete Ferragut. *O projeto pedagógico e as práticas diferenciadas: o sentido de troca e da colaboração*. São Paulo: USP, 2000.

PINHEIRO, Maria Eveline. *A ação coletiva como referencial para a organização do trabalho pedagógico*. Brasília: UNB, 1999.

RIOS, T. A. Significado e pressupostos do projeto pedagógico. *Série ideias*, São Paulo, v. 15, p. 73-77, 1992.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VEIGA, I. P. A. (Org.) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001.

_____. Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, I.P.A.; FONSECA, M. (Orgs.). *As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola*. Campinas: Papirus, 2008.

VEIGA NETO. *A disciplinaridade X interdisciplinaridade: uma tensão produtiva*. Trabalho apresentado no VII ENDIPE, Goiânia, 1994.